

A CONSTRUÇÃO DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NA BAHIA, SOB A ÓTICA DO TRABALHO DO CEDASB

THE CONSTRUCTION OF THE COEXISTENCE WITH THE SEMIARID IN BAHIA, FROM THE PERSPECTIVE OF CEDASB'S WORK

LA CONSTRUCCIÓN DE CONVIVENCIA CON LA SEMIÁRIDA EN BAHIA, DESDE LA PERSPECTIVA DEL TRABAJO DEL CEDASB

Eliane Pereira Almeida Vale¹

<https://orcid.org/0000-0002-8836-9026>

Janio Santos²

<https://orcid.org/0000-0003-0730-1271>

Submissão: 20/11/2021 / Aceito: 02/05/2022 / Publicado: 30/06/2023.

Resumo

Este artigo analisa a construção da política de convivência com o semiárido na Bahia e considera como marco temporal a atuação do Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (CEDASB), entidade vinculada a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). A construção da ideia de “convivência” com o semiárido se ascende com mais relevância no Sudoeste Baiano a partir do trabalho do CEDASB, enquanto entidade executora de programas estruturantes na perspectiva de um “novo” paradigma de desenvolvimento para a região. Adotou-se como procedimentos metodológicos: entrevista semiestruturada, levantamento bibliográfico e pesquisa documental. Por meio desses procedimentos foi possível sistematizar, analisar e interpretar os dados coletados, à luz da reflexão histórico-crítica. Dois produtos foram elaborados durante este trabalho e agregados ao acervo do CEDASB: uma tabela com a sistematização de todas as tecnologias implementadas pela instituição ao longo de sua trajetória e um mapa da espacialização de sua atuação na Bahia, e ambos dão visibilidade à incidência sociogeográfica da organização. Os resultados evidenciaram o tensionamento ainda latente entre Estado e organizações da sociedade civil na manutenção de políticas públicas no semiárido, além de demonstrarem as arenas políticas enfrentadas pelo CEDASB para tornar exequível e concreto o projeto da convivência com o semiárido na Bahia. Por fim, fica explícito que o CEDASB se faz essencial para os territórios, para a garantia de direitos, como o acesso à água, mesmo no devir da disputa no campo das ideias e dos financiamentos estatais.

Palavras-chave: ASA, política pública, tecnologias sociais, campo.

Abstract

This article analyzes the construction of the policy of coexistence with the semi-arid region in Bahia and considers as limit the actions of the Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (CEDASB), an entity linked to Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). The idea of “coexistence” with the semi-arid region grew with relevance in the Southwest of Bahia, based on the work of CEDASB as an entity that executes structuring

¹Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (UFRPE), Mestra em Geografia (PPGEO/UESB)/ Vitória da Conquista, Bahia, Brasil E-mail: eliane.pav@gmail.com

²Doutor em Geografia e Professor Pleno (DCHF/UEFS), Salvador, Bahia, Brasil, E-mail: janiosantos@yahoo.com.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v32i58.6822> | Edição Vol. 32, Núm. 58, 2023.



programs in the perspective of a “new” development paradigm for the region. The following methodological procedures were adopted: semi-structured interview, bibliographic survey and documental research. Through these procedures, it was possible to systematize, analyze and interpret the collected data, based on historical-critical reflection. Two products were developed during this text and added to the CEDASB collection: a table with the systematization of all the technologies implemented by the institution throughout its trajectory, and a map of the geographical spatialization of its operations in Bahia. Both give visibility to the socio-geographical impact of the organization. The results showed the latent tension between the State and civil society organizations in the maintenance of public policies in the semiarid region. They also demonstrate the political arenas faced by CEDASB to make the project of coexistence with the semi-arid region in Bahia feasible and concrete. Finally, it is clear that CEDASB is essential for the territories, for the guarantee of rights such as access to water, even in the dispute in the field of ideas and state funding.

Keyword: ASA, CEDASB, coexistence with the semiarid, countryside.

Resumen

Este artículo analiza la construcción de la política de convivencia con el semiárido en Bahia y considera como límite las acciones del Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (CEDASB), entidad vinculada a la Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). La idea de “coexistencia” con el semiárido creció con relevancia en el Suroeste de Bahía, a partir del trabajo del CEDASB como entidad que ejecuta programas estructurantes en la perspectiva de un “nuevo” paradigma de desarrollo para la región. Se adoptaron los siguientes procedimientos metodológicos: entrevista semiestructurada, levantamiento bibliográfico y investigación documental. A través de estos procedimientos, fue posible sistematizar, analizar e interpretar los datos recolectados, a partir de la reflexión histórico-crítica. Dos productos fueron desarrollados durante este texto y agregados a la colección del CEDASB: una tabla con la sistematización de todas las tecnologías implementadas por la institución a lo largo de su trayectoria y un mapa de la espacialización geográfica de sus operaciones en Bahia. Ambos dan visibilidad al impacto sociogeográfico de la organización. Los resultados evidenciaron la tensión latente entre el Estado y las organizaciones de la sociedad civil en el mantenimiento de las políticas públicas en la región semiárida. También demuestran los escenarios políticos enfrentados por CEDASB para viabilizar y concretar el proyecto de convivencia con el semiárido de Bahia. Finalmente, queda claro que el CEDASB es fundamental para los territorios, para la garantía de derechos como el acceso al agua, incluso en la disputa en el campo de las ideas y el financiamiento estatal.

Palabras Clave: ASA, CEDASB, convivencia con el semiárido, campo.

INTRODUÇÃO

Nos últimos 15 anos, o Semiárido Brasileiro tem sido objeto de estudos de diversas ciências, desde espaço da reprodução da vida, de enfrentamentos e conflitos, às dimensões culturais, dos saberes e da ancestralidade. Existe uma abordagem científica interdisciplinar empreendida para melhor compreender esse espaço numa perspectiva macro. Todavia, neste trabalho, o semiárido será abordado enquanto território construído sob a tutela de agentes sociais que legitimaram, por séculos, as desigualdades socioeconômicas engendradas em sua estrutura, e

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v32i58.6822> | Edição Vol. 32, Núm. 58, 2023.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

que busca um novo paradigma de desenvolvimento que consiga superar a visão hegemônica da economia, que é monolítica, com base na articulação em rede de organizações da sociedade civil.

Trazer o semiárido nordestino para a discussão é também analisar o Nordeste na dinâmica político-econômica do Brasil e, nesse sentido, não faltam referências. Francisco de Oliveira, Manuel Correia de Andrade, Tânia Bacelar de Araújo, Caio Prado Junior, Gadiel Perruci, Sílvio Maranhão, Djacir Menezes, Josué de Castro, Celso Furtado, dentre outros/as intelectuais, promoveram um universo interdisciplinar de análises críticas sobre a “questão Nordeste” e deixaram um legado substancial e decisivo para o surgimento de movimentos que pudessem, a partir do conhecimento crítico, questionar o Estado e suas ações desconexas, do ponto de vista da realidade concreta e endógena do Nordeste. (VALE, SANTOS, 2020; LISBOA, 2007)

Nos anos de 1990, tem-se um novo aprofundamento reflexivo-crítico da relação estabelecida entre a sociedade e a natureza, ao que concerne a apropriação dos recursos por ela disponibilizados. No semiárido nordestino, por sua vez, tem-se no final da referida década e início do século XXI um levante intelectual acadêmico e militante que disseminou, de forma mais propositiva, a possibilidade de se construir um novo paradigma de desenvolvimento para a região, pautado na estratégia de reconhecer, aceitar e conviver com suas características edafoclimáticas, cuja engrenagem se alicerça na mitigação e adaptação ao seu clima.

É um movimento questionador e reflexivo sobre modificar o *modus operandi* do desenvolvimento hegemônico que engendra tantas desigualdades. Todavia, construir uma mudança de paradigma é um processo moroso, pois envolve vários setores da sociedade com interesses diversos. Nessa direção, há a fundamentação desse “novo” que se apresenta como melhor alternativa e caminho de apropriação social da sua incidência socioeconômica, cultural e política, como modelo de sociedade que melhor traduz a equidade, justiça e desenvolvimento almejado (CONTI, PONTEL, 2013).

Conti e Pontel (2013) ainda elucidam que o desenvolvimento planejado pelo Estado, historicamente, foi determinado pelo capital, pelo mercado, sob uma ótica liberal, que não pauta o equilíbrio entre a demanda social (real) e a apropriação dos recursos naturais. Em consonância com Silva (2006), ratificam a necessidade de construção da sustentabilidade do desenvolvimento e, nesse interim, a “convivência com o semiárido” enquanto ideia-projeto, como definiu Carvalho (2011), se apresenta como alternativa mais promissora e completa de se implementar no semiárido nordestino.

A ideia de convivência com o semiárido, e tudo que o caracteriza no âmbito da sua natureza, da sua cultura e do seu povo, é superar interpretações que ainda aludem aos tempos idos da colonização do Brasil, quando se disseminava um “Nordeste Seco”, hoje conhecido como Semiárido Brasileiro, como um espaço/região/território inóspito, de impossibilidades intransponíveis para sua ocupação, como descreveu Joaquim Alves em *História das Secas*, em 1982. Mas, também, romper com visões que corroboraram a persistência desses equívocos analíticos sobre o semiárido brasileiro, por meio da iconografia, da música, da poesia, da imprensa, que acontecem, por vezes, imbricados. Então, sistematicamente, trata-se de uma narrativa que, segundo o que discute Brochardt (2013, p.30), “Do ponto de vista da produção artística, à primeira vista, acontece com o sertanejo o mesmo que lhe acontece na imprensa: ele é retratado por outros e não produz uma imagem de si próprio e de sua realidade”. É um processo de retroalimentação de uma conjuntura, que também é estrutural.

A negação do que é específico e peculiar, na totalidade da produção socioespacial, é um retrocesso civilizatório e humano. Por isso, no intuito de abarcar as potencialidades e possibilidades do semiárido, por meio da política de convivência com a semiaridez, desenvolvida pelas organizações da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), é que se adotou enquanto objeto do artigo ora apresentado as ações do Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (CEDASB), nos Territórios de Identidade do estado da Bahia.

O Território de Identidade Sudoeste Baiano é composto por 24 municípios, dos quais 20 deles já tiveram atuação do CEDASB, seja na execução de projetos vinculados a construção de tecnologias sociais ou de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). São 19.664 (dezenove mil e seiscentos e sessenta e quatro) tecnologias sociais implementadas e mais de 3.000 (três mil) famílias agricultoras acompanhadas nos projetos de ATER. Essas ações trazem em seu bojo a “convivência com o semiárido”, que, embora tenha limite estrutural, é compreendida como uma proposta de desenvolvimento socioeconômico mais endógeno.

A construção da ideia de “convivência com o semiárido” teve relevância significativa nos últimos 20 anos, tendo como marco temporal o trabalho da ASA e das organizações sociais que a compõem, as quais trouxeram perspectivas outras de entendimento político-social do Semiárido Brasileiro. É sob essa perspectiva que se definiu como objetivo deste artigo a análise da “construção da convivência com o semiárido” por meio das ações do CEDASB, nos Territórios de Identidade do estado da Bahia. Além de desenvolver a sistematização quali-quantitativa dos resultados dos seus quase 16 anos de atuação e investigar como se configurou a sua relação com o

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v32i58.6822> | Edição Vol. 32, Núm. 58, 2023.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Estado, enquanto coletivo da ASA, no processo de construção e consolidação do paradigma da convivência com a semiáridez.

Para tanto, adotou-se como procedimentos metodológicos a aplicação de entrevistas semiestruturadas, levantamento bibliográfico e pesquisa documental. A escolha pela entrevista semiestruturada se deve ao fato de permitir mais flexibilidade na elaboração até a condução do diálogo entre entrevistador/a e entrevistados/as. Possibilita, também, inserir e/ou suprimir assuntos que se julguem essenciais ou não para o enriquecimento da pesquisa (COLOGNESE; MÉLO, 1998), bem como a exploração do assunto de forma mais ampla, conforme ratificam Marconi e Lakatos (2003). Esse procedimento é também definido por Gil (2008, p.111) como entrevista informal, cujos entrevistados tendem a ser “informantes-chaves” sobre uma determinada temática ou assunto. No caso deste texto, as entrevistas foram realizadas com lideranças e funcionários do CEDASB para apreender desde a dinâmica de seu funcionamento, à execução dos projetos, inclusive no âmbito da política de convivência.

O levantamento bibliográfico se configurou como conhecimento do estado da arte de debates sobre a convivência com o semiárido. Com a revisão bibliográfica, possibilitou-se o entendimento de como a sociedade civil organizada se faz substancial, principalmente na contemporaneidade, para dar continuidade à reflexão acerca do Nordeste, e sua relação com o paradigma de desenvolvimento dominante no processo de ruptura da abordagem sociopolítica e econômica sobre esse território.

Já a pesquisa documental, realizada no CEDASB, com solicitação formal para acesso aos arquivos institucionais, viabilizou o levantamento de dados primários e a análise interpretativa dessas informações (GIL, 2002; LAKATOS, MARCONI, 2003), que culminaram na sistematização e elaboração de tabelas analíticas sobre a distribuição das tecnologias sociais nos municípios dos territórios de atuação da organização, bem como na elaboração do mapa de atuação da instituição no estado da Bahia. Ambos produtos da pesquisa, tabela e mapa foram cedidos para compor o acervo documental e iconográfico da instituição.

O artigo aborda, inicialmente, questões acerca da construção conceitual da “convivência com o semiárido”, atreladas ao paradigma de desenvolvimento pensado endogenamente; em sequência, são apresentadas as tecnologias sociais dos programas de convivência com o semiárido, analisando seu papel estratégico no fortalecimento do campesinato; e, por fim, analisa-se, qualitativa e quantitativamente, o trabalho desenvolvido pelo CEDASB na Bahia, seus avanços e limites.

A CONSTRUÇÃO DA “CONVIVÊNCIA” COM A SEMIARIDEZ ENQUANTO PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO

A semiaridez é uma condição climática que atinge a maior parte do Nordeste brasileiro e influencia na dinâmica dos biomas, principalmente a caatinga. As várias tentativas governamentais empreendidas no intuito de mitigar os efeitos da semiaridez no Nordeste, principalmente na segunda metade do século XX, não proporcionaram mudanças estruturais concernentes às demandas socioeconômicas da região.

Nesse imbróglia endossado pelo Estado é que se fizeram notáveis os trabalhos realizados por intelectuais acima mencionados no “descortinamento” das contradições criadas e fomentadas pelo sistema capitalista, e o seu aliado - o Estado, no processo de homogeneização das regiões brasileiras. A visão determinista do Nordeste pelo Estado sobre sua realidade edafoclimática fomentou o discurso da estagnação econômica regional e da política empreendida no território, utilizando-se de categorias como raça e etnia para explicar e justificar o nível de “subdesenvolvimento” regional, como apontou Andrade (1988).

Percebe-se a paulatina naturalização da pobreza, que atribui à população a responsabilidade pelo “seu atraso” frente ao desenvolvimento nacional. Era a ausência de habilidades e intelecto que corroboravam a permanência da situação de pobreza e vulnerabilidade no Nordeste, somada às condições edafoclimáticas desfavoráveis à efetivação de um desenvolvimento regional (ANDRADE, 1981). De acordo com Castro (1996, p. 297), essa ideia da “pobreza naturalizada” pela existência da “natureza idealizada” era apreendida “como um obstáculo intransponível a qualquer progresso ou justiça espacial”, uma engrenagem que garantiu, e em certa medida e conjuntura ainda garante, a manutenção de uma oligarquia política regional conservadora nos espaços de decisões e de poder.

Maranhão (1984, p.87), em similitude com as discussões desenvolvidas por Andrade (1984; 1981) e Oliveira (1977), afirmou que até 1960 as ações estatais no Nordeste foram políticas de governo, ou uma “não política”. Com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) como política de Estado, segundo os autores, é que se pode mencionar a existência de uma política econômica para a região, muito embora tivesse como enfoque o desenvolvimento e a intensificação da industrialização no território, a todo custo.

Enquanto a industrialização no Sudeste do Brasil, mas também no Nordeste, intensificou as migrações da população do campo em busca de trabalho, as ações da SUDENE para resolver as questões acerca do acesso à água das famílias camponesas não tiveram êxito. Não houve

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v32i58.6822> | Edição Vol. 32, Núm. 58, 2023.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

democratização do acesso à água no campo; ao contrário, em alguns casos, houve concentração. Diante desse descompasso, que manteve privilégios de uma classe sobre as outras, é que se difundiram, paulatinamente, experiências de “convivência” com a semiaridez como alternativa para garantir água para as famílias, em contraposição ao “combate à seca”, até então noticiado.

No final da década de 1990 é que se pode identificar uma abordagem menos fatalista da região, a qual se apresenta como interpretação crítica e propositiva da realidade em questão. Essa perspectiva discursiva sobre o semiárido tem como base os trabalhos das frentes sindicais, pastorais eclesiais da Igreja Católica e de estudiosos das questões territoriais, que levaram o semiárido brasileiro para as agendas políticas, como espaço peculiar, de especificidades sociais, econômicas e culturais, que não podiam ser desconsideradas no tecer das estratégias econômicas. É nesse universo construtivo e de enfrentamentos que a ASA se constitui enquanto movimento descortinador e propositivo do/para o semiárido, principalmente no que concerne ao campo. Dentre tantos trabalhos acerca da temática, destacam-se: Vale e Santos (2020), Santos (2016), Baptista e Campos (2014), Vale e Silva (2014), Malvezzi (2007) e Silva (2006).

Nos trabalhos de Silva (2006), Assis, (2012), Mattos (2017) e Vale e Santos (2020), assim como em outras produções científicas, é possível identificar a intersecção no entendimento de que não é a seca ou a “falta” de chuva que condiciona o semiárido às situações de ausência de educação qualitativa e contextualizada, da impossibilidade da produção agrícola contínua e efetiva, da dificuldade do desenvolvimento de uma economia plural e cooperativa, mas, certamente, a inexistência de políticas públicas que abarquem as especificidades da região e que promovam o desenvolvimento no seu sentido genuíno. A questão é que,

[...] a generalização de soluções, muitas vezes, concorre para a perpetuação de problemas de ordem ecológica, social e econômica. O pensamento crítico sobre a política do combate à seca é também uma crítica à crença nas soluções tecnológicas descontextualizadas (SILVA, 2006, p.184)

Essa abordagem que politiza o fenômeno da seca e o semiárido traz para o campo reflexivo a forma célere como a sociedade capitalista dilapidou os recursos naturais, em nome de um desenvolvimento econômico descomprometido com os sujeitos e suas necessidades reais, por isso, a necessidade da busca por estratégias e paradigmas que possibilitem o equilíbrio sociedade-natureza. (BAPTISTA, CAMPOS, 2014)

A perspectiva da convivência enfrenta o modelo de sociabilidade construído à luz do modo de produção capitalista; pensar a convivência é aspirar um desenvolvimento que seja alicerçado

nas práticas socioeconômicas que gerem equilíbrio e equidade. Segundo Silva (2006), a tecnologia, a economia e a política formam as “chaves de leitura” da transição do discurso e prática do “combate à seca” para a concepção da “convivência com o semiárido”, sendo essa última a perspectiva de um paradigma de “desenvolvimento sustentável” para a região, sem desconsiderar que, para tanto, há de se avaliar como transpor as contradições do próprio sistema hegemônico.

Entende-se que o uso inteligente e viável dos recursos naturais para a promoção do desenvolvimento no semiárido, somado às ações de difusão de conhecimento contextualizado e de tecnologias adaptadas às suas peculiaridades, formam, segundo Baptista e Campos (2014), os pilares de um desenvolvimento baseado na convivência, ao serem considerados os seguintes pressupostos: 1 - implementação de tecnologias sociais para captação de águas pluviais para diversos fins; 2 - utilização inteligente e conservação da biodiversidade xerófila; 3 - sistemas de estocagem de alimentos, de água e de sementes; 4 - educação contextualizada que possibilite aos sertanejos vislumbrar, em seu território, oportunidades de desenvolvimento social, intelectual e econômico, sob a perspectiva das potencialidades regionais, contrapondo as lógicas que as ignoram; 5 – acesso a ATER para garantir técnicas e metodologias agroecológicas de produção e de criação, capazes de suprir demandas familiares e dos mercados locais/regionais; 6 - reforma agrária, que é uma demanda secular, atendida com morosidade pelo Estado; 7 - subsídio à agricultura familiar, por meio da ampliação de linhas de créditos, em um formato que supere as questões mercadológicas.

Essas premissas da “convivência” com a semiaridez, e com as especificidades do semiárido, apresentam perspectivas de ações de desenvolvimento relacionadas com:

[...] o compromisso com as necessidades e potencialidades da população local; a conservação e o uso sustentável da biodiversidade; a recuperação das áreas degradadas; a quebra do monopólio da terra e da água; a valorização do patrimônio cultural, étnico, material e simbólico do Semiárido; o reconhecimento da agricultura familiar como categoria sociopolítica e estratégica do desenvolvimento e o reconhecimento do meio rural como espaço de produção e reprodução da vida; a valorização das tradições e conhecimentos das comunidades; e o reconhecimento da diversidade étnica e cultural com seu patrimônio, colocando sua população como coautora das políticas e não como mera beneficiária. (BAPTISTA, CAMPOS, 2014, p. 53)

Embora essa visão seja propagada pelas organizações sociais e seus coletivos, é importante ter o cuidado e entendimento de que o semiárido não está a parte da totalidade da vida econômica e social do Brasil. Por mais tênue que seja essa relação, e por isso a dificuldade de identificação das complexidades, a região compõe parte do sistema engrenado pelo capital, com a legitimação

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v32i58.6822> | Edição Vol. 32, Núm. 58, 2023.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

do Estado. Portanto, apreende-se que os estudiosos do temário da “convivência com o semiárido” entendem que concretizar o conjunto de questões postas como substanciais para a sua consolidação integral é atingir a superação do próprio modo de produção capitalista. Ademais, percebe-se na trajetória da ASA uma “arena” de disputa e de enfrentamento político, ideológico e de narrativas, para se conseguir, minimamente, construir os pilares supracitados.

A convivência com o semiárido se apresenta como confluência das práticas sociais, econômicas e culturais sob a perspectiva de sociabilidades ainda em construção. Enquanto concepção, surge como aparato de alternativas para garantir a existência digna das famílias camponesas, uma vez que foram as mais afetadas no exercício do “combate às secas”. Como política pública, se consolida como processo de mudança no trato das especificidades do semiárido e de seu povo, do investimento e destinação do recurso público.

TECNOLOGIAS SOCIAIS DE “CONVIVÊNCIA” COM A SEMIARIDEZ.

Segundo o Instituto de Tecnologia Social (ITS), a tecnologia social se refere a um “Conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (ITS, 2004, p.26). Tal definição se intersecciona com o entendimento da ASA sobre as tecnologias implementadas por meio dos programas de convivência difundidos e executados no semiárido nordestino.

As tecnologias sociais difundidas pela ASA são categorizadas da seguinte forma: as de “primeira água”, atreladas especificamente ao P1MC, e as de “segunda água”, referentes ao Programa P1+2. A tecnologia social de “primeira água” refere-se a um reservatório com capacidade de captar e armazenar 16 mil litros de água para o consumo da família (beber e cozinhar). É construída com placas de cimento, areia e brita, e sua dimensão é de 2,4m de altura e diâmetro de 4,5 metros. Possui um sistema de captação da água da chuva, feito por calhas de zinco e canos de PVC conectados do telhado até a entrada da cisterna (ASA, 2002). As tecnologias sociais de “segunda água” (ASA, 2014; 2019) são:

- ✓ Cisterna calçadão: com 6,5m de diâmetro e 1,8 m de altura, e capacidade de armazenamento de 52 mil litros de água destinada a produção agrícola e a dessedentação animal. Possui uma área cimentada de 200m², de uso diverso, e onde a água da chuva é captada e direcionada ao reservatório;

- ✓ Cisterna-enxurrada: difere da anterior no que tange a forma de captar água, pois possui uma espécie de “braçadeira” feita de alvenaria, que “acolhe” a água torrente, perpassando por decantadores de sedimentos, e depois direcionada para o interior do reservatório;
- ✓ Barreiro Trincheira: maior capacidade de armazenamento, cerca de 500m³. Suas dimensões ficam entre 16m de comprimento, 5m de largura e 5m de altura, e é implementado em áreas de solos impermeáveis, para evitar infiltração, e o mais próximo possível das áreas de cultivo e/ou da criação dos animais;
- ✓ Barragem Subterrânea Submersível: tem comprimento mínimo de 30 e máximo de 100 metros, com profundidade entre 1,5 a 4,5 metros. Escava-se uma espécie de “trincheira” estreita, revestida com lona em um dos lados, até a base da estrutura rochosa, onde é fixada com concreto. Em seguida, o espaço escavado é aterrado. Essa tecnologia social possui sangradouro e poço para escoamento e armazenamento da água acumulada na área, que servirá de reforço na irrigação dos plantios, quando necessário;
- ✓ Tanque de Pedra: conhecido como caldeirão, refere-se a espaços naturalmente formados pela disposição das rochas, onde são erguidas paredes de sedimentos rochosos e cimento ao seu redor, para o aumento do volume de água pluvial no local.

Somam-se ao rol de tecnologias sociais difundidas nos programas da ASA as destinadas a estocagem e multiplicação de sementes nativas. São denominadas Casas Comunitárias de Sementes, cujo objetivo é estimular, incentivar e garantir a conservação do patrimônio genético das famílias por meio do armazenamento e multiplicação das sementes. Segundo Maronhas e Barbosa (2020), elas:

[...] têm um papel importante na conservação de variedades crioulas uma vez que são espaços de guarda comunitárias, sem riscos de atrasos no acesso às sementes, o que no Semiárido brasileiro, região de chuvas restritas no tempo e variáveis no espaço, é de suma importância para a prática da agricultura.

O que se constata na implementação dessas tecnologias sociais é a contextualização, no sentido de entender quais as técnicas e manejos mais adequados às especificidades do semiárido. São alternativas populares apresentadas ao Estado como possibilidades de políticas públicas, e de democratização do acesso à água para o campesinato, na reprodução da vida familiar e comunitária. Por isso, pensar e trabalhar o campo de forma participativa, com respeito às particularidades de sua existência, é um indicativo para um desenvolvimento comunitário que contrapõe a lógica capitalista de ser, de viver e de produzir.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v32i58.6822> | Edição Vol. 32, Núm. 58, 2023.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

No ano de 2006, a organização foi constituída e iniciou sua trajetória na luta pelo direito à água dos povos do campo, por meio dos Programas de “Convivência com o Semiárido”, como o P1MC, o P1+2, o Sementes do Semiárido e o Cisternas nas Escolas. Entretanto, programas estaduais como Água para Todos, Bahia Produtiva, ATER’s Sustentabilidade e Agroecológico, e o projeto de distribuição de palmas forrageiras nas comunidades rurais complementam as ações da instituição.

A pesquisa documental e as entrevistas possibilitaram identificar a existência de um foco central no início da trajetória do CEDASB, que era exclusivamente a construção de cisternas para garantir, minimamente, o acesso à água para o consumo das famílias. Entretanto, a realidade concreta vivenciada na convivência comunitária e familiar apresentou a complexidade do “viver no campo” e demandas outras que convergiam no dia-a-dia dos/as camponeses/as. Na tabela 1 é possível observar o quantitativo das implementações de estruturas hídricas executadas pelo CEDASB nos municípios dos territórios de atuação, bem como a diversidade de inovação tecnológica desenvolvida no percurso do seu trabalho.

Entre 2006 e 2010, o que se tinha era o esforço das organizações da ASA em pautar em instância federal sobre a importância do Programa Cisternas para o Semiárido Nordeste, a fim de convencer o governo a garantir dotação orçamentária para ampliação e consolidação do Programa nos estados do Nordeste e Norte de Minas Gerais. O resultado das sucessivas negociações da sociedade civil com o Estado pode ser melhor visto no governo Dilma, entre 2011 e 2014, período em que foi registrada a maior convergência de financiamento do governo federal nos programas de convivência com o semiárido da ASA. Paradoxalmente, nesse mesmo governo, houve, parcialmente, o rompimento na parceria do Estado com a ASA e suas organizações. As divergências eram sobre as estratégias de implementação da política mitigadora dos efeitos das secas no Semiárido Nordeste³. Sobre isso, reportemo-nos a Santos (2016, p. 168)

[...] em menos de um ano de mandato, a relação da asa com o Governo Dilma já foi atravessada por uma importante tensão. Após denúncias de desvios de dinheiro destinados a ONG’s, envolvendo um de seus ministros, a presidenta resolveu aumentar a rigidez nos repasses de recursos públicos para as organizações da sociedade civil. [...]. Embora não estivesse envolvida com os supostos casos de corrupção que motivaram a quebra de parceria entre governos e organizações da sociedade civil, a ASA sofreu diretamente o impacto da decisão, sendo informada que seus programas (P1MC e P1+2) haviam sido interrompidos.

³ Informações concedidas por colaboradores da instituição, em entrevistas, realizadas em 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v32i58.6822> | Edição Vol. 32, Núm. 58, 2023.



Tabela 1 - Relação Geral de Tecnologias Sociais implementadas pelo CEDASB, por município, entre 2006-2019.

Municípios	CISTERNAS				BT[4]		BS[7]	TP[8]	BAP[9]	B[10]	QP[11]	LA[12]	BS[13]
	Consumo	CC[1]	CE[2]	E[3]	F[5]	C[6]							
Anagé	1216	113	65	42	56	–	2	3	4	0	0	1	3
Aracatu	–	–	–	4	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Barra do choça	1620	–	60	–	18	3	–	–	–	–	20	8	–
Belo Campo	240	50	100	14	60	3	1	–	–	–	20	5	3
Boa Nova	590	–	–	2	–	–	–	–	–	–	–	–	3
Bom Jesus da Serra	764	89	73	5	65	–	4	7	4	17	–	1	3
Caatiba	–	–	30	–	30	1	–	–	–	–	10	15	–
Caetanos	210	–	–	38	–	–	–	–	–	–	–	–	3
Cândido Sales	1642	124	70	16	38	–	6	–	3	5	–	–	3
Carafbas	–	–	–	2	10	–	–	–	–	–	–	5	2
Condeúba	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3
Cordeiros	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3
Encruzilhada	990	35	24	–	40	–	–	–	1	–	–	2	3
Itambé	–	–	30	–	30	5	–	–	–	–	10	15	–
Jequié	120	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Manoel Vitorino	527	–	–	11	12	–	–	–	–	–	–	2	3
Maracás	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3
Mirante	925	45	29	9	15	–	1	–	–	–	–	–	3
Piripá	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3
Planalto	600	95	139	15	75	3	3	3	–	–	20	20	3
Planaltino	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3
Poções	839	45	29	9	15	–	1	–	–	–	–	–	3
Tremedal	–	–	–	30	–	–	–	–	–	–	–	–	3
Vitória da Conquista	4688	50	125	59	106	8	2	1	–	–	20	25	3
Total	14971	646	774	256	570	23	20	14	12	22	100	99	56

Fonte: Arquivo Documental do CEDASB.

Sistematização e elaboração: Eliane Almeida (2019)

- [1] Cisterna Calçadão
- [2] Cisterna Enxurrada
- [3] Cisterna Escolar
- [4] Barreiros Trincheira
- [5] BT Familiar

- [6] BT Comunitário
- [7] Barragem Subterrânea
- [8] Tanque de Pedra
- [9] Bomba D'água Popular

- [10] Barraginha
- [11] Quintal Produtivo
- [12] Limpeza de Aguada
- [13] Banco de Semente

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v32i58.6822> | Edição Vol. 32, Núm. 58, 2023.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

A análise da tabela 2 permite identificar o desmonte da Política de Convivência com o Semiárido na região de atuação do CEDASB.

Tabela 2 – Relação dos programas executados pelo CEDASB com financiamento de recurso público federal, por governo, e quantidade de tecnologias, entre os anos de 2003 a 2020.

Programas	Governos					
	Lula		Dilma		Temer	Bolsonaro
	(2003-2006)	(2007-2010)	(2011-2014)	(2015-2016)	(2016-2018)	(2019 até 2020)
P1MC	1025	1511	1487	0	0	0
P1+2	---	---	1149	0	0	0
Cisternas nas Escolas	---	---	198	188	73	0
Sementes	---	---	33	33	0	0
TOTAL	1025	1511	2867	221	73	0

Fonte: Arquivo documental do CEDASB.

Sistematização e Elaboração: Eliane Almeida (2020)

Não muito diferente desse cenário, aconteceu com os convênios e contratos firmados com o governo do estado da Bahia. Foram 8.050 estruturas hídricas de 16 mil litros construídas pela organização, por meio de contratos firmados durante os governos de Jacques Vagner do Partido dos Trabalhadores (PT), *versus* 185 construídas nos governos de Rui Costa, também do PT, até 2020. No que concerne ao Programa Água para Todos, no âmbito das estruturas hídricas de subsídio da produção agrícola, têm-se nos respectivos governos 792 tecnologias sociais implementadas e nenhuma no outro. Embora se saiba que Rui Costa assumiu a Bahia em uma conjuntura de instabilidade política e de enfraquecimento das organizações institucionais, de todo modo, o decréscimo orçamentário também mostra a fragilidade dos pactos firmados entre sociedade civil e Estado na consolidação da Política de Convivência com o Semiárido.

A análise que se pode ter frente a essa descontinuidade e instabilidade da Política de Convivência com o Semiárido, notadamente identificada no histórico quantitativo do CEDASB, é que a dependência de orçamentos federais e estaduais coloca as organizações em arenas complexas de manutenção do trabalho e da difusão da convivência com o semiárido enquanto ideia-projeto, capaz de construir um desenvolvimento mais sustentável para a região. Na realidade macro:

[...] Mais de 80% do orçamento da AP1MC é proveniente de recursos públicos, o que poderia ser considerado compreensível, uma vez que os programas da ASA se inserem dentro de políticas públicas de ampla cobertura geográfica. Isso leva, entretanto, à dependência financeira e à instabilidade, podendo a qualquer

momento, a depender da linha política do governo vigente, ocasionar a desestruturação dos programas. (BROCHARDT, 2013, p. 69)

No caminho analítico da autora, mas com foco na realidade institucional do CEDASB, no âmbito da dotação orçamentária para manutenção de seus trabalhos, tem-se a seguinte situação investigada e identificada por Vale (2020, p.85):

Sobre o funcionamento do CEDASB, esse se articula em duas vertentes de ação. A primeira com a rede ASA e a outra independente. Com a rede, [...], além de estar na construção de uma nova perspectiva política e social de atuação do Estado no semiárido, essa vinculação possibilita ao CEDASB concorrer às chamadas públicas lançadas pela representação jurídica da rede - a APIMC. Essa, por sua vez, é a responsável em concorrer nas instâncias nacional e internacional às chamadas públicas lançadas pelos mais diversos órgãos. Já sua articulação independente concerne a capilaridade política nas escalas estadual, regional e local. Ou seja, embora participe de uma rede nacional de articulação de políticas públicas de convivência com o semiárido, o CEDASB também se estrutura para angariar em outras esferas de financiamento de projetos, estaduais e nacionais, que convirjam com os objetivos da instituição regido em seu estatuto social.

No universo de ações desenvolvidas e executadas pelo CEDASB, a assistência técnica e a extensão rural se configuram como propostas mais contínuas no cenário de descontinuidade das políticas públicas. No Governo de Jacques Vagner foram 960 famílias acompanhadas, enquanto que no governo de Rui Costa somam-se 1.260 famílias atendidas. Todavia, cabe salientar que, embora apresente um número maior que o governo anterior, o enfrentamento para garantir o chamamento público para editais de ATER foi árduo e contínuo entre as organizações da sociedade civil e o Estado, ora com êxitos, mas também com muitas subtrações, segundo os entrevistados.

Ao analisar qualitativamente os dados, tem-se, portanto, outra dimensão interpretativa da contribuição das tecnologias sociais e do trabalho desenvolvido pela organização. Socialmente, o montante de 14.971⁴ cisternas implementadas representa cerca de 59.884⁵ pessoas que deixaram de ficar dependentes de outrem no acesso à água para manutenção familiar. Além disso, os números por si não são capazes de mostrar, por exemplo, que, direta ou indiretamente, essas pessoas foram inseridas em processos formativos e viram diminuir, consideravelmente, os índices de mortalidade infantil.

⁴ O quantitativo refere-se às construções diretas. Mas, indiretamente, o CEDASB assessorou associações comunitárias nos municípios de Boa Nova, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Manoel Vitorino, Mirante, Planalto e Poções no processo de construção de 2.168 cisternas de 16 mil litros, por meio de Convênio de Prestação de Serviço firmado com a CAR/SEDIR.

⁵ Quantitativo estimado de pessoas ao se considerar composição familiar com quatro membros.



Sobre esses índices, registra-se que não se tem conhecimento de produção científica consistente que apresente sistematicamente a amplitude do impacto que as cisternas promoveram na saúde das famílias camponesas, pelo menos não na região de atuação do CEDASB, e essa lacuna fragiliza as assertivas de melhoria nesse âmbito, por não haver comprovação científica sobre o assunto. De todo modo, são latentes as narrativas das comunidades, e dos setores responsáveis pela saúde pública dos municípios, de que a implementação das cisternas contribuiu eficazmente para diminuição dos índices de mortalidade infantil no semiárido, atrelada ao consumo de água imprópria para ingestão.⁶

Sobre o Programa P1+2 implementado pela instituição, o que se pode perceber e compreender, por meio dos estudos de pesquisadores/as como Vale (2020), é que os resultados expressam mudanças paulatinas, entretanto, consistentes, no âmbito da produção de alimentos. Ao focar na produção da própria alimentação, os/as agricultores/as diminuem a dependência de mercados urbanos e promovem a economicidade, que possibilita o suprimento de outras demandas. Todavia, para além da economia familiar, o P1+2, como demonstram Almeida *et al* (2021), com o desenvolvimento de capacitações formativas e informativas, também incentivou mudanças no âmbito das técnicas aplicadas pelos agricultores no manejo do solo e da água, apresentando-lhes, mais sistematicamente, os princípios da agroecologia por meio de novos métodos produtivos. Em outras regiões da Bahia, há similitudes sobre as reverberações do Programa na vida cotidiana dos/as camponeses/as, como registrado no trabalho de Santos *et al* (2019), Santos (2017), Gonçalves *et al* (2013), Silva *et al* (2013), dentre outros/as.

É importante salientar que o Programa P1+2, executado pelo CEDASB na região de sua atuação, encontra-se em estágio inicial de implementação e a análise dos quantitativos de tecnologias sociais de “primeira” e “segunda água” implementadas, 14.971 e 2.047, respectivamente, mostra o quão distante está o atendimento das demandas do campo, devido a descontinuidade de financiamentos. O déficit é de 12.924 estruturas hídricas.

A descontinuidade dos projetos revela um contexto de sobreposição de interesses, principalmente no que concerne a ação do Estado. Mesmo em governos que apoiaram e fortaleceram o CEDASB, em um determinado período, a Política de Convivência com o Semiárido, como foi o caso dos governos do PT, por sua vez, não a priorizou. O Estado, enquanto financiador das ações de convivência com o semiárido, não é, e dificilmente será, o agente que prospecta junto às organizações da sociedade civil a construção de uma nova sociabilidade.

⁶ Informações concedidas por colaboradores da instituição em maio de 2019.



Contudo, constata-se que, por mais que exista o enfrentamento pela ampliação e consolidação da Política de Convivência com o Semiárido, na maioria das vezes, prevalecem os comandos imperativos estatais. O trabalho das organizações sociais da ASA, e em específico do CEDASB, consegue uma capilaridade que, amiúde, encontra-se subsumida às ideias que contrapõem o debate sobre a consolidação da “convivência com a semiaridez” na região. Todavia, é na realidade concreta dos territórios camponeses que se confirma a importância dessa política executada por organizações como o CEDASB. Entre estruturas de estocagem de água e sementes, e de assistência técnica agroecológica, as vidas das famílias vão se encorpando de novas possibilidades existenciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de convivência com o semiárido surge da necessidade de conceber e intervir, contextualmente, no Semiárido Nordeste. E, nessa perspectiva, deve-se destacar o enfrentamento da sociedade civil organizada, nas suas várias formatações institucionais, em pautar o Estado sobre essa demanda que é secular.

Nos quase 16 anos de trabalho do CEDASB, foram identificados os avanços e limites da Política de Convivência com o Semiárido, no âmbito da política, da economia, da saúde, dentre outros. É exemplo recorrente nas regiões onde são construídas as tecnologias sociais de convivência a diminuição da mortalidade infantil e de demais doenças oriundas da ingestão de águas inadequadas ao consumo humano. Do mesmo modo, destaca-se a diversificação alimentar e nutricional que as famílias passam a acessar por meio das tecnologias do P1+2. E, não menos importante, o acesso fácil à água, principalmente para as mulheres, o que lhes permite gerir o seu tempo da forma que lhes for mais produtivo.

A sistematização dos dados primários, a pesquisa documental, o mapeamento da incidência geográfica do trabalho dessa instituição e as entrevistas realizadas compuseram um arcabouço metodológico que permitiu a identificação e análise quali-quantitativa de uma realidade subjacente ao movimento social que acontece simultaneamente à construção de um projeto de sociedade. Os resultados, materializados por meio de metodologias participativas, tornam-se frutos do trabalho realizado pelas organizações sociais, somados à apropriação do conhecimento e das tecnologias sociais pelas famílias. Tais acontecimentos encontram-se em ascendência nos estudos e pesquisas nos últimos 10 anos, como sinalizados no transcorrer deste texto. E isso apresenta-se essencial para a resistência e fortalecimento do campesinato do Semiárido Nordeste.



Em suma, o trabalho revela que, sem a confluência de todas as políticas de convivência com a semiáridade, não tem como tornar efetiva a melhoria integral das condições objetivas de reprodução social das famílias agricultoras. A análise das ações do CEDASB mostrou que o financiamento intermitente das políticas públicas de convivência impossibilita a consolidação de um paradigma de desenvolvimento mais inclusivo e agroecológico. Por isso, entre o ativismo das ações dos programas e o atendimento das demandas sociais compreende-se a necessidade de persistir nos enfrentamentos políticos com pautas alicerçadas na realidade do campo.

Embora persista a disputa no campo das ideias e dos financiamentos, e ainda em prevalência os comandos imperativos estatais, o trabalho realizado pelo CEDASB se faz incontestado. Entre estruturas de estoque de água e sementes, de assistência técnica contextualizada, das práticas libertadoras, de metodologias participativas, dentre outros, a instituição, bem como as demais que compunham a rede ASA, são essenciais na luta e garantia de direitos, especificamente, para as famílias sertanejas do interior da Bahia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. P. *et al.* Tecnologias Sociais e produção de alimentos em municípios do Sudoeste Baiano. Conquistas e desafios na garantia da soberania alimentar camponesa. **Revista Geopauta**. ISSN: 2594-5033, v. 5, n° 4, 2021.

ALVES, J. **História das secas** (séculos XVII a XIX). Mossoró: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte/Escola Superior de Agricultura de Mossoró/Fundação Guimarães Duque (Coleção Mossoroense, v.225). 1982.

ANDRADE, M. C. **O Nordeste e a Questão Regional**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

ANDRADE, M.C. **Estado, Capital e Industrialização do Nordeste**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981.

ANDRADE, M.C. Formação Econômico-social e Processos Políticos no Nordeste Brasileiro. In: MARANHÃO, Sílvio. (org.). **A Questão Nordeste**. Estudos sobre formação Histórica, Desenvolvimento e Processos Políticos e Ideológicos. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1984, p. 31-40.

ASABRASIL. **Programa uma terra e duas águas (P1+2)**. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/aco/es/p1-2>. Acesso em: 29 de mar. 2019.

ASABRASIL. **Tecnologias Sociais para a convivência com o semiárido**. Série Estocagem de água para a produção de alimentos. Cisterna Calçadão. 10ª edição. Recife. ASACom. 2014.



ASABRASIL. **Tecnologias Sociais para a convivência com o semiárido**. Série Estocagem de água para a produção de alimentos. Cisterna Enxurrada. 6ª edição. Recife. ASACom. 2014.

ASABRASIL. **Tecnologias Sociais para a convivência com o semiárido**. Série Estocagem de água para a produção de alimentos. Barreiro Trincheira. 5ª edição. Recife. ASACom. 2014.

ASABRASIL. **Tecnologias Sociais para a convivência com o semiárido**. Série Estocagem de água para a produção de alimentos. Barragem Subterrânea. 7ª edição. Recife. ASACom. 2014.

ASABRASIL. **Programa de formação e mobilização social para a convivência com o semi-árido: Um milhão de cisternas rurais – P1MC**. Recife, 2002. 80p.

ASSIS, T. R.P. Sociedade Civil, Estado e Políticas Públicas: reflexões a partir do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) em Minas Gerais. **Revista de Políticas Públicas**. UFMA. São Luis, v. 16, nº 1, p. 179-189, jan./jun. de 2012.

BAPTISTA, N.; CAMPOS, C. Por um modelo sustentável de desenvolvimento no semiárido. In: CONTI, I. L. *et al.* (Org.). **Construindo saberes, cisternas e cidadania: Formação para a convivência com o semiárido brasileiro**. Ed. IABS, Brasília-DF, 2014. p. 53-54.

BROCHARDT, V.S. **Comunicação popular na construção de políticas de acesso à água no semiárido: a experiência da ASA**, 2013. 231f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CARVALHO, L.D. Um sentido de pertencimento ao território semiárido brasileiro: a ressignificação da territorialidade serteneja pela convivência. **Revista de Geografia**. UFPE, v. 28, nº 2, 2011.

CASTRO, I. E de. Seca versus Seca. Novos interesses, Novos territórios, Novos discursos no Nordeste. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1996, p. 283-323.

COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. de. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 143 – 159, 1998.

CONTI, I. L.; PONTEL, E. Transição paradigmática de convivência com o semiárido. In: CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. (org.) **Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social**. Brasília: IABS, 2013, p. 21-30.

DIEGUES, A. C. **Sociedades e comunidades sustentáveis**. São Paulo: USP/NUPAUB, 2003. Disponível em: <www.usp.br/nupaub/comsust1.pdf>. Acesso: 28 jun. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. – São Paulo, Editora Atlas, 2002.



GONÇALVES, H. V B *et al.* Avaliação de manejo de agroecossistemas familiares atendidos pelo programa P1+2 na comunidade de Inácio João, município de Caém, Bahia. **Enciclopédia Biosfera**, Centro Científico Conhecer. Goiânia, v.9, n°.16, p. 17-33, 2013

ITS. **Caderno de Debate**. Tecnologias Sociais no Brasil. Direito à ciência e ciência para a cidadania. São Paulo. Editora Raiz. 2004.

LISBOA, J. B. de. **A trajetória do discurso de desenvolvimento para o Nordeste**: políticas públicas na (dis)simulação da esperança, 2007. 272f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2007.

MALVEZZI. R. **Semiárido - uma visão holística**. Brasília: Pensar Brasil, 2007.

MARANHÃO, S. (org.). **A Questão Nordeste**. Estudos sobre formação Histórica, Desenvolvimento e Processos Políticos e Ideológicos. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1984.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo, Editora Atlas, 2003.

MARONHAS, M.E.S; BARBORA, A.G. Programa Sementes do Semiárido: Alguns Aspectos, Reflexões e Resultados. CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 11, 4 a 7 de novembro, São Cristóvão, 2020. **Anais...** São Cristóvão, Sergipe, 2020.

MATTOS, L.C. **Um tempo entre secas**: superação de calamidades sociais provocadas pelas secas através das ações em defesa da convivência com o semiárido, 2017. 273f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma Re(li)gião**. Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977.

SANTOS, K.F.S. O Programa “Uma Terra e Duas Águas – P1+2” como instrumento político-pedagógico e social na promoção da segurança alimentar e nutricional. **Revista Macambira**. v. 1, n. 1, p 84, 2017

SANTOS, M.A.F *et al.* Percepção ambiental: reflexões sobre o semiárido baiano. **Revista Brasileira de Geografia Física**. UFPE, v. 12, nº5, p. 1904-1912, 2019.

SANTOS, T.A. **Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA BRASIL)**: A convivência com o semiárido e a construção de um regionalismo de resistência, 2016. 232f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

SILVA, N.L.A. *et al.* Impactos socioeconômicos do Projeto Cisternas II em comunidade do município de Ibipêba, Bahia. **Enciclopédia Biosfera**, Centro Científico Conhecer. Goiânia, v.9, nº.16; p. 149-169, 2013.



SILVA, R. M A. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido**: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento, 2006. 298f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

VALE, E.P.A. **O “Desmonte” das políticas públicas de convivência com o semiárido**: Estado e a Articulação Semiárido Brasileiro entre 2014-2019. 176f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020.

VALE, E.P.A.; SANTOS, J. A ASA e a luta contra o discurso do combate à seca. **Revista GeoNordeste**. São Cristovão, Ano XXXI, n.2, p. 40-58, jul./dez. 2020.

VALE, E.P.A.; SILVA, L. P. Política Pública de fortalecimento da agricultura familiar: as ações da ASA (res) significando o semiárido baiano. **Bahia Analise & Dados**. Salvador, v. 24, n. 3, p. 501-517, jul./set. 2014.

